

# ENSAIO BIBLIOGRÁFICO



WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio*. O futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 430p.\*

### Hilário Franco Júnior

Professor livre docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisador do Grupo de Estudos Medievais da École des Hautes Études en Sciences Sociales - França

Diante da pobreza da literatura acadêmica nacional sobre futebol, a contribuição de um respeitado intelectual como José Miguel Wisnik – *Veneno remédio*. O futebol e o Brasil – só poderia ser bem-vinda. A obra é um dos poucos oásis de reflexão existentes no imenso deserto de clichês, discussões estéreis e repetitivas sobre determinadas partidas ou jogadores, listagens de episódios pitorescos, no qual ficam perdidos os brasileiros interessados em entender o futebol enquanto fenômeno sociocultural. Abordar pertinentemente o futebol é bem mais complexo do que pensam aqueles que o reduzem a um objeto de estudo menor. Ele exige um arsenal teórico tão amplo quanto o necessário para a crítica literária ou os estudos sociológicos ou a análise histórica. Alguns poderiam objetar que “amor que se analisa é amor que já morreu”, ou seja, estudar o futebol representaria retirar tudo que há nele de emoção. E no mundo atual culturalmente tão padronizado, esterilizado e globalizado, muitas pessoas prefeririam renunciar à compreensão para resguardar a afetividade que cerca o futebol. Mas – o denso ensaio de Wisnik é prova disso – trata-se de falsa escolha: “o futebol pode ser objeto simultâneo de paixão e desafio intelectual” (p. 46). Paixão que ele não escamoteia pelo futebol brasileiro e pelo seu Santos F. C. Desafio intelectual que ele enfrenta com brio e competência.

\* Originalmente, o objetivo deste ensaio era realizar uma leitura cruzada entre autores e obras, o que, por força das circunstâncias, não pôde se concretizar.

É verdade que o equilíbrio entre aqueles dois componentes é delicado, mesmo para os bem equipados como Wisnik. Ele sabe disso, e em certa medida o título de seu livro não deixa sutilmente de propor certa dose de indulgência por eventuais derrapagens ao lembrar que o futebol pode matar e curar – tanto no plano literal quanto no figurado – que ele é veneno e remédio, dependendo da dosagem e do efeito desejado. Ele reconhece, com louvável honestidade intelectual, que suas “ambições críticas e analíticas” têm relações “no limite suspeitas” com seu objeto de estudo, já que vivencia o futebol de forma passional (p. 28-29). E, de fato, ele não consegue escapar de certas armadilhas da paixão. Está fora dos limites da crítica, por exemplo, chamar de “craque” Zito (mais eficiente, porém menos técnico que seu contemporâneo Dino Sani) ou Pepe (grande artilheiro, mas menos hábil que Canhoteiro e menos tático que Zagalo). Exaltar o majestoso Santos F. C. da década de 1960 é ato justo para todo apreciador de futebol, independentemente de simpatia clubística, mas falar em dimensão “única” (p. 31) é exagero: no auge do time santista, entre 1956 e 1969, o Real Madrid, cujo apogeu é contudo um pouco anterior, venceu dez campeonatos espanhóis, uma Copa do Rei, seis Copas da Europa (hoje chamada Champions League) e um mundial. Pequenos erros de dosagem, largamente justificados pelo contexto em que ocorrem, as belas páginas autobiográficas (p. 29-39) sobre o garoto de São Vicente que passava os dias a jogar bola enquanto na vizinha cidade de Santos despontava um dos maiores times da história.

Como paixão não se contesta, respeita-se, olhemos para o desafio intelectual que Wisnik se propôs. A começar pelo diagnóstico cultural dos seus possíveis leitores: “no Brasil, a imersão na vida futebolística se faz de uma maneira tal que não passa por uma atividade refletida, ou então *passa tanto* [grifo do autor] que todo mundo se considera mais na posição de ensinar futebol do que de aprender sobre ele” (p. 12). A formulação não poderia ter sido mais feliz e, na verdade, coloca um problema que atinge não apenas o autor e, sim, todos que refletem sobre futebol. Como transmitir algo a quem quer apenas vivenciá-lo sem pensar nele, ou a quem imagina já saber tudo sobre ele? Mostrar a complexidade do assunto pode convencer estes, porém afastar ainda mais aqueles. Simplificar a análise não acrescentaria muito aos primeiros e desiludiria os segundos. A resposta passa, então, pela necessidade de transmitir a reflexão com paixão e de alimentar a paixão com critério. Ou seja, a solução do problema depende muito da linguagem utilizada, da forma de argumentação, da abordagem realizada.

Quanto a este último ponto, não é preciso exaltar a opção por uma análise multifacetada, que toma em conta elementos de natureza histórica, sociológica, antropológica, psicanalítica e literária, pois foi a que eu próprio adotei, e nessa

mesma sequência enunciada por Wisnik, em *A dança dos deuses*. Futebol, sociedade, cultura, reservando a cada uma delas capítulo específico. Pela mesma razão, não posso deixar de endossar a tese de que o futebol inglês tornou-se mundial por comportar facetas épicas, dramáticas, trágicas, líricas, cômicas e paródicas. Compartilho igualmente o cuidado de *Veneno remédio* em não equiparar o futebol aos jogos com bola anteriores ao século XIX. Também não posso deixar de destacar, por ter defendido a mesma ideia, a “tese de fundo” (p. 21) do futebol como diálogo não verbal. Apesar disso tudo, estranhamente, diga-se de passagem, Wisnik (que conhecia *A dança dos deuses* publicada pela mesma editora um ano antes do seu livro) não faz referência alguma a estas convergências. Assim como não faz explicitamente às nossas divergências de ponto de vista sobre o futebol. E perdeu-se, assim, a oportunidade, fato infelizmente comum no nosso meio acadêmico, de uma frutífera troca de ideias. Desta forma, a presente iniciativa da *Revista de História* e de Flavio de Campos, coordenador deste Dossiê Futebol, ganha valor suplementar ao permitir que alguns pontos desse debate possam ser esboçados.

Para não ficar a injusta impressão de que os pontos fortes de *Veneno remédio* haviam sido antecipados por *A dança dos deuses* (embora cada livro à sua maneira), é preciso lembrar que aquele está centrado no Brasil, enquanto este é um ensaio global. Mesmo na perspectiva mais ampla, há algumas importantes reflexões que não aparecem no meu estudo e estão contempladas na obra de Wisnik. É o caso, desenvolvendo ideias de Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, das lógicas do futebol comparadas às do rúgbi e do futebol americano (p. 120-154). Ou, inspirado no espanhol Vicente Verdú, das férteis considerações sobre o caráter feminino da função de goleiro, aquele que zela pela virgindade de seu posto e que, acompanhando a liberação da mulher a partir da década de 1970, mudou seus trajes (abandonando o discreto e maternal preto por uniformes coloridos) e sobretudo sua postura em campo (permitindo-se a postura masculina de sair várias vezes do seu domicílio na pequena área e mesmo, em certos casos, de atacar e marcar gols). O essencial das contribuições de *Veneno remédio* está, contudo, no seu capítulo 3 – “A eclipse: o futebol brasileiro” – a parte mais longa e original do livro, seu centro físico e anímico, que abre várias pistas de pesquisa em hipóteses concêntricas desenvolvidas a partir da ideia-mãe de que a oscilação brasileira entre a máxima grandeza e a impotência encontrou no futebol seu melhor campo de expressão. Passemos a palavra ao autor: “ludicamente gratuito e seriamente jogado, o futebol teve a capacidade de reverter a dialética negativa do círculo vicioso, convertendo-o numa reação em cadeia de elipses virtuosas” (p. 172).

Tal foi o caso da participação negra e mestiça na formação futebolística do Brasil. Sempre espinhosa, a questão racial é tratada por Wisnik de forma ponderada e inteligente. Sua adesão a Gilberto Freyre não é feita automática e acriticamente, tanto que para ele “a democracia racial do futebol brasileiro prescreve (no sentido médico, de indicar um remédio) mas não descreve o Brasil” (p. 240). Pelo seu encaminhamento, o mulato deixa de ser, por razões simplistamente raciais, o futebol brasileiro para ser o veículo pelo qual falam recalques históricos da sociedade e da cultura nacionais. É por intermédio do mestiço que entram em cena a sociabilidade ambivalente e a inteligência corporal, como desde os primeiros tempos mostram Friedenreich, Domingos da Guia e Leônidas. A agilidade criativa não é, contudo, necessariamente física, como comprova a lembrança das figuras de Machado de Assis, Lima Barreto ou Noel Rosa. A ideia é reforçada pela vitoriosa precocidade do futebol uruguaio (ouro olímpico em 1924 e 1928, Copa do Mundo em 1930), cuja seleção, desde 1919, atuava com jogadores negros, enquanto o presidente do Brasil em 1921 ainda vetava a participação de Friedenreich em competição na Argentina. Nada disso, porém, alerta com razão Wisnik, significa que todos os negros e mestiços tenham propensão ao esporte e à música. A questão é cultural, não racial. A contraprova está na branca Argentina, dona desde aquela época de um futebol de reconhecida qualidade mundial.

No longo processo de transformação do círculo vicioso em elipse virtuosa, momento marcante foi, como se sabe, a dolorida derrota de 1950 frente ao Uruguai em pleno Maracanã recém-inaugurado. Em razão desse peso histórico, a partida já mereceu alguns estudos específicos e inúmeros comentários pontuais. Mas, antes de Wisnik, tinham sido insuficientes os olhares lançados sobre o papel que teve nisso o jogo anterior, contra a Espanha, verdadeiro prefácio vitorioso que paradoxalmente anunciava a conclusão trágica. Suas páginas a respeito são luminosas, como deve ter sido aquela tarde para os espectadores presentes no Maracanã. Ele mostra a simbiose entre o ritmo de jogo da seleção e o ritmo da marchinha carnavalesca cantada pela multidão, *Touradas de Madri*, analisada no contexto cultural do Brasil da época e no contexto psicológico da partida. Retomando os termos de uma crônica de Machado de Assis referida no início do capítulo, a marchinha é vista como expressão “da mais avançada das civilizações” e, ao mesmo tempo, “não passa da primeira das verduras” (p. 256). Ou seja, é mais uma demonstração dos extremos do espírito nacional.

Quanto à argumentação, *Veneno remédio* não está isento de certas oscilações. Ao lado de passagens bem fundamentadas, em outras há expressões de entendimento inequívoco e significado equívoco, como definir o Brasil pelo clichê “melhor futebol do mundo” (p. 360) – se temos os melhores futebolistas (mão-

de-obra), não temos o melhor futebol (produto final), ou seja, competições bem organizadas e de alto nível técnico graças à concentração de grande número dos maiores jogadores de todos os países. Outras vezes, falta matizar determinadas ideias, como a recorrente oposição entre tempo produtivo e tempo improdutivo do jogo. Para evitar um entendimento simplista, teria sido útil explicitar que “improdutivo” toma por referencial a busca da meta quantitativa (gol), mas que esse mesmo tempo é altamente “produtivo” quando se trata de manter a posse de bola e fazer passar o tempo para garantir um resultado positivo. Em outras oportunidades, a argumentação derrapa. Por exemplo, depois de fazer interessantes considerações histórico-psicanalíticas sobre as semelhanças e diferenças entre Argentina e Brasil, Wisnik afirma que nossos vizinhos sentem “inveja de uma cultura sincrética e mestiça” (p. 337) e, na página seguinte, que há um “desprezo argentino pela condição mestiça brasileira”. Para além do fato ilógico de não se invejar aquilo que se despreza, a afirmativa embute um juízo de valor discutível de um ponto de vista neutro (a superioridade da cultura sincrética e mestiça) e condenável do ponto de vista comentado (por que se invejaria uma cultura sincrética e mestiça?).

Algumas vezes o texto ressent-se de maior clarificação. É o que acontece a respeito da ideia de aleatório e de acaso. Ainda que ela seja assídua nos estudos a respeito do jogo, seria prudente não tomá-la como evidente *per se*. Por exemplo, afirmar que a propalada fórmula “o jogo vai ser definido no detalhe” é eufemismo de “acaso” (p. 131) cria uma sinonímia no mínimo duvidosa. Geralmente, quando técnicos e jogadores utilizam aquela frase, é no sentido literal de detalhe (pormenor, miudeza), como um lateral mal batido, uma desatenção num lance de bola parada, uma falta desnecessária etc. Ademais, não se deve exagerar o alcance do acaso, esquecendo que a aparente insignificância de um fato do jogo ou a escassez estatística dele escondem quase sempre leis físicas e psicológicas pouco conhecidas pelos protagonistas do futebol. Falar em “acaso ativo da imprevisibilidade produzida” dos dribles e outros gestos técnicos (p. 132, 295) é afirmar, à revelia do autor, primeiro, que o acaso não ocorre sozinho e sim como decorrência de uma atividade voluntária; segundo, que o fato imprevisível para quem o sofre é perfeitamente previsível para quem o executa. As ações do Sobrenatural de Almeida e do Gravatinha, personificações criadas por Nelson Rodrigues para designar os imprevistos no futebol, são a parte visível, na instantaneidade de uma jogada, de fatores físicos, táticos e emocionais que requerem atenção não propiciada pelo ambiente tenso das arquibancadas ou pelos ângulos fechados da televisão, bem como conhecimento detalhado das condições do terreno, da bola e dos personagens envolvidos. Também precisaria ser mais bem esclarecido por qual razão a derrota da Seleção de 1982 não foi objeto de rejeição por parte da

torcida brasileira, ao contrário da de 1950, se ambas padeceram do mesmo mal, a falta de equilíbrio no “ponto de coalizão entre a poesia e a prosa, o ataque e a defesa” (p. 344). Se essa “falha luminosa, que às vezes se transcende em nós e outras vezes nos expõe e nos derrota, é justamente o que nos alimenta”, por que “podemos nos identificar e nos reconhecer” na sua manifestação em 1982 e não em 1950?

O fatídico segundo gol uruguaio em 1950 teve, de acordo com Wisnik, “uma relativa participação do Gravatinha” (p. 261), mas os depoimentos dos envolvidos, que ele cita a seguir, comprovam que o problema foi tático (má cobertura no lado esquerdo da defesa brasileira), técnico (o goleiro Barbosa pensando que ocorreria um cruzamento não fechou o ângulo de tiro do ponta uruguaio), psicológico (o gol de empate uruguaio minutos antes instalara a insegurança no time brasileiro). A explicação do goleiro foi astuciosa – “ele pensou errado e deu certo; eu pensei certo e deu errado” – porém não passou de uma justificação. Os pensamentos que Barbosa qualificou de “certo” e “errado” foram avaliações de cada jogador buscando, bem de acordo com o espírito do jogo, ludibriar o outro. Ghiggia não pensou errado; percebeu que Barbosa se adiantava para cortar eventual cruzamento e assim resolveu tentar o chute direto. O fato mesmo de haver pouco ângulo induziu o goleiro brasileiro à apreciação enganosa de que o adversário centraria a bola. Talvez na maioria de lances idênticos o chute fosse ou para fora ou em cima do goleiro, mas é preciso não esquecer que o futebol é um jogo. Implica em assumir riscos. Aliás, grande jogador é justamente aquele que melhor calcula, seja por aguda inteligência espaciotemporal das circunstâncias da jogada, seja por instinto, as chances de sucesso de cada lance em que se vê envolvido.

Poderia ter sido interessante pensar a questão do acaso através de um personagem que é estudado mais à frente, de outro ponto de vista, Marcos Carneiro de Mendonça, o famoso goleiro do Fluminense da década de 1910. Típico representante da época do amadorismo, esse aristocrata com formação de engenheiro dizia defender as bolas chutadas contra seu gol tomando por base o estudo dos ângulos do jogo de bilhar. A partir da observação da posição da perna do atacante é que ele, segundo assegurava, previa a direção do chute calculando em instantes a triangulação bola-gol-goleiro. Ou seja, conforme a ironia de Mário Filho lembrada por Wisnik, aquele goleiro só deixava passar as bolas imperfeitamente chutadas, que se colocavam “fora de todos os cálculos”, no dizer do cronista. Em outros termos, para Marcos de Mendonça o acaso não existe, o que se chama assim é apenas o resultado de uma avaliação incorreta. Comentando um depoimento do zagueiro Oscar sobre a partida em que o Brasil foi eliminado da Copa de 1982, o próprio Wisnik conclui que se o primeiro gol

italiano poderia ser entendido como acidente e o segundo como fruto do acaso, o terceiro desmente essas interpretações e revela a existência de uma *estrutura* [grifo dele] (p. 342). Como reza a máxima iluminista de Voltaire – que não é absurdo imaginar fosse de conhecimento de Marcos de Mendonça, membro da elite carioca fortemente afrancesada no começo do século XX – “o acaso não é nem poderia ser senão o efeito conhecido de uma causa desconhecida”. Causa que pode ser desconhecida em função de sua complexidade, mas sobretudo da ignorância humana. O acaso não se torna personagem do futebol apenas depois da degradação deste, consequência do profissionalismo e da abertura do esporte a gente das camadas sociais mais baixas, mudanças tão criticadas por Mendonça?

A argumentação de *Veneno remédio* padece também de certas contradições. Logo no início, afirma que para muitos “viver o futebol dispensa pensá-lo, e, em grande parte, é essa dispensa que se procura nele” (p. 11), para páginas adiante acertadamente criticar a bem conhecida ideia de matiz marxista do futebol enquanto “ópio do povo” (p. 42-44). Não menos estranho é que Wisnik se defina como dono de “incurável tendência a ver sentido em tudo” (p. 39 e 41) e abandone essa busca quando diz que as Copas do Mundo revelam algo do seu momento histórico “por fatalidade e acaso” (p. 21). Embora sua busca de sentido seja tão forte que ele a qualifica de “síndrome” (p. 39), o fato de que o Brasil “não para de produzir craques” é explicado por um vago “automatismo congênito e inconsciente” (p. 360). Mais significativo, a expressão que serve de título ao livro denota intenção de examinar o futebol como *coincidentia oppositorum*, contudo minimiza as obras que tratam daquilo que “cerca, mobiliza, reage, produz, envolve, explora o mundo do jogo”, já que seu grande esforço pessoal “é tratar desse buraco negro que é o próprio campo do jogo, perguntando o que acontece nele, e seus efeitos” (p. 18). Ora, assim procedendo, sua tentativa de apreender “a experiência total do futebol na vida brasileira” (p. 16) fica comprometida, por criar um desequilíbrio na complementaridade das duas vertentes – “o interno e o entorno” (p. 18) – que se propõe a investigar.

Também é conflitante atribuir “caráter oracular” a cada Copa do Mundo, pois se nelas “algo do estado contemporâneo das coisas se dá a ver” (p. 21), elas não antecipam e, sim, sintetizam tendências já presentes. Ocorre que Wisnik hiperdimensiona, a nosso ver, tal competição. É correto afirmar que Copa do Mundo é um momento em que “a nação ritualiza um acerto de contas consigo mesma” (p. 182), porém é preciso acrescentar que tais momentos, bem espaçados (a cada quatro anos) e condensados (grosso modo, um mês), são uma espécie de festa cívico-religiosa que envolve muita gente que habitualmente pouco se interessa pelo futebol. A essência do jogo está nas suas manifestações cotidianas,

nas rivalidades locais, palpáveis, vividas face a face, muito mais do que nas internacionais e intercontinentais, esmaecidas pelas distâncias e pelos idiomas. Se cada Copa “ritualiza” é simplesmente porque o futebol é um rito, o que recebe várias demonstrações corretas ao longo do livro. Assim, fica ressaltada a incoerência da declaração de que o surgimento do futebol “separou o jogo do rito” (p. 75), ao contrário do que tinha acontecido nos jogos com bola anteriormente existentes. Ademais, ao tratar da Copa de 2006, Wisnik refere-se “ao jogo que uma parcela imensa da população do planeta escolheu como o seu rito” (p. 162) e na penúltima página do livro utiliza a conclusiva formulação “jogo-rito” para designar o futebol (p. 429).

Para terminar esse plano dos comentários, apenas mais duas ilustrações de arrazoado contraditório. Uma, temos na explicação de que a antiga tradição camponesa de encarniçadas disputas festivas ficou bloqueada a partir de meados do século XVII com a imposição do ascetismo religioso, de maneira que o surgimento do futebol, dois séculos mais tarde, teria sido “um retorno do reprimido” (p. 85). Mas Wisnik reconhece que tal bloqueio foi relativo, já que o grande vazio no lazer popular deu-se apenas entre 1820 e 1860, e, sobretudo, que os jogos de bola ganharam então “configuração inteiramente nova” que os impedia de “degenerarem em distúrbios e choques descontrolados”. Ou seja, mais do que retorno do reprimido ocorreu um retorno da repressão. Segunda ilustração: logo no início, *Veneno remédio* anuncia que “vai contra a visão simplificadora e conspiratória de que o futebol se resume aos seus bastidores empresariais, se reduz à sua manipulação publicitária e a seus efeitos espetacularizantes” (p. 18-19) e, contudo, no fim do livro, o futebol é avaliado como “um lugar privilegiado para a manobra de captura do inconsciente pela capitalização” para converter ambos “numa só coisa” (p. 352)! Não se poderia ser mais conspiratório.

Quanto à linguagem, não é despropositado certo ceticismo sobre a escolha de Wisnik. Seu estilo ressent-se de maior limpidez, prefere torneamentos dispensáveis a formulações mais diretas e que não seriam por isso menos elegantes ou menos precisas. Ele mostra gosto acentuado pelo jogo de palavras que, se redundante em soluções interessantes várias vezes, em outras, resulta em ornamentos desnecessários tanto do ponto de vista estético quanto de eficácia comunicativa. Tal ponto não é meramente acessório, pois como as ciências humanas raramente podem trabalhar com demonstrações e provas, elas o fazem com argumentos, ou seja, com recursos retóricos. No jogo complementar entre aquele que emite a mensagem (orador ou *ethos*), aquele que a recebe (interlocutor ou *pathos*) e o meio que os une (discurso ou *logos*), o papel central, diziam Cícero e Quintiliano, cabe ao primeiro, que deve ser fiável e justo. Algumas vezes, no entanto,

não é essa a impressão que fica de *Veneno remédio*. Por exemplo, há afirmativas peremptórias que se fundam em palavras de forte conteúdo conceitual e não necessariamente consensual, redundando em flacidez de sentido. Afirmar que o futebol é “um sistema simbólico que traciona o imaginário” (p. 46) pressupõe um acordo não estabelecido entre autor e leitor sobre o significado de “símbolo” e de “imaginário”. Outras vezes, recorre-se a palavras de sentido equívoco: o futebol é qualificado de “uma espécie de língua geral” (p. 16, 20, 88, 399) que no Brasil se constituiu como linguagem (p. 309), o que adota uma distinção teórica controversa e não previamente justificada.

A estrutura algo rebuscada da linguagem repercute na estrutura do livro (ou o inverso), o que produz um encadeamento de ideias que nem sempre é, a nosso ver, o mais adequado. Daí, talvez, a presença de certa oscilação entre o geral e o particular, isto é, entre o jogo e sua manifestação brasileira. Por exemplo, os interessantes comentários sobre as funções concretas e simbólicas do árbitro, válidos para toda época e local em que se pratica futebol institucionalizado, contêm um “o juiz se expõe aos apupos prévios, vingativos e catárticos, da massa” (p. 105), dado que faz parte da realidade social e cultural brasileira (no limite, latino-americana), mas não do futebol europeu, africano, asiático ou oceânico. Na mesma linha, ao falar da “futebolização do mundo”, o autor denuncia a transformação do futebol numa infundável partida “com peças intercambiáveis, os jogadores e técnicos em permanente rodízio pelas equipes continuamente desfiguradas” (p. 352), o que retrata a situação latino-americana e africana, não mundial. Daí, igualmente, certa indefinição do próprio objeto que o aditivo do subtítulo (O futebol e o Brasil) não ajuda a elucidar. Na prática, estuda-se mais o futebol do Brasil que futebol no Brasil. É o que revela a existência de apenas uma centena de referências aos grandes clubes brasileiros (conforme o índice remissivo) num livro de 430 páginas. Daí, por fim, certa pulverização de temas importantes – o caso mais claro é o da relação entre violência e futebol – que embora tenham sido objeto de *insights* promissores ao serem abordados no meio de outros assuntos, acabam por ficar subestimados e correm o risco de permanecerem subcompreendidos.

Esses três níveis – abordagem, argumentação, linguagem – são evidentemente complementares por terem um pano de fundo comum que lhes dá sentido, isolada e articuladamente. É o aparato teórico. É inútil insistir que a panaceia conceitual imaginada pelo século XIX não existe, cada objeto requer a construção, quase sempre com material pré-existente, de um conceito próprio. Tem razão Wisnik ao afirmar, logo no começo de seu ensaio, que “o lugar muito especial do futebol no mundo contemporâneo acaba por exigir uma leitura específica, a ser inventada” (p. 19). Invenção sempre delicada, e que nunca pode reivindicar um suposto

monopólio explicativo. No caso em questão, a diferença entre a opção adotada por *Veneno remédio* e por *A dança dos deuses* pode em parte ser encontrada nas respectivas formações de seus autores, literária de um lado, historiográfica de outro, embora ambos sejam sensíveis à área alheia (e a várias outras).

Todavia, o largo conhecimento das ciências humanas não imunizou Wisnik de certas imprecisões. É o caso da passagem em que, criticando a atual capitalização do futebol, afirma que “a distinção entre economia e cultura vacila, se não sucumbe” (p. 358). Ora, essa suposta distinção evidentemente não existe. Seja entre as sociedades agrárias antigas e medievais, as industriais do capitalismo moderno ou as coletoras dos povos ditos primitivos, as modalidades e práticas econômicas expressam a cultura, as modalidades e práticas culturais adequam-se à economia. Outro problema – sério do ponto de vista de um historiador – é o a-historicismo que ronda seu texto. Às vezes sob forma de anacronismo, “o pecado dos pecados, entre todos os pecados o irremissível”, no dizer de um dos maiores historiadores do século XX, Lucien Febvre. De fato, é anacronismo taxar de “campeonato brasileiro” (p. 36) a Taça Brasil da década de 1960. A competição tinha fórmula bem diferente na escolha dos participantes (todos os campeões estaduais, que se enfrentavam no interior de grupos regionais, aos quais se juntavam os de Rio e São Paulo a partir das semifinais) e na regra de disputa (sistema de copa ou “mata-mata”). Assim, o percurso até o título era variável. Catorze partidas precisou jogar o Bahia para ser campeão em 1959, seis o Cruzeiro em 1966, apenas quatro os times de Rio e de São Paulo. Para amalhar cinco títulos seguidos (1961-1965, e não até 1966 como diz *Veneno remédio*) o Santos disputou no total 22 partidas, bem menos do que as 38 hoje necessárias para realizar a conquista de um único campeonato brasileiro. Como reunia somente os campeões estaduais, muitos clubes importantes ficavam de fora: Corinthians, São Paulo e Vasco da Gama jamais entraram na competição, o Internacional participou apenas uma vez, Atlético Mineiro e Flamengo duas. Alegar que se utiliza a expressão “campeão brasileiro” por analogia, já que não existia campeonato brasileiro naquela época, não resolve a questão. Não se pode projetar no passado algo que é estranho a ele. No limite, se se quiser recorrer a uma comparação, seria bem mais plausível a atual Copa do Brasil, embora nesta o time vencedor precise jogar doze partidas e seja “campeão do Brasil”, não “campeão brasileiro” (o que designa o ganhador do campeonato criado em 1971). A contra-alegação comum da parte de jornalistas e torcedores é que o Santos de Pelé venceria quantas partidas tivessem sido necessárias. É possível, mas um maior número de partidas significaria mais viagens, mais esforço físico,

mais risco de contusões e mais chances de ocorrer uma “zebra”. De qualquer forma, o uso do condicional esvazia já no ponto de partida esse tipo de argumento.

Outras vezes, o a-historicismo assume a forma de uchronia, para recorrer ao termo forjado em fins do século XIX pelo filósofo francês Charles Renouvier, ou seja, “utopia dos tempos passados [...] a história não tal como ela foi, mas como teria podido ser”. É verdade que todo torcedor de futebol é largamente um uchronista, está sempre a refazer jogadas, partidas e campeonatos inteiros na base do *se* tal bola tivesse entrado, *se* tal jogador não tivesse sido expulso, *se* o juiz tivesse marcado aquele pênalti, *se* a equipe não tivesse perdido aqueles pontos bobos etc. Wisnik cita dois exemplos disso sem discutir a questão, implicitamente aceitando o caráter ucrônico deles. Um, narrado por Mário Filho, foi após a derrota do Brasil para a Itália na Copa de 1938, em função de um pênalti supostamente inexistente, o rumor que tomou conta do Rio de Janeiro assinalando que a partida seria anulada e que, portanto, sua história poderia ser reescrita. Outro mostra que até situações felizes são melhoradas pela imaginação ucrônica, caso da inverossímil descrição que o repórter Ney Bianchi fez dos primeiros minutos da partida do Brasil contra a União Soviética em 1958. No discurso do próprio Wisnik aparecem certas marcas ucrônicas. Caso da passagem em que vê a forte ligação dos homens com a bola (“primária, ancestral, nostálgica de esfericidade”) como sendo em certa medida uma ligação com a mãe. Quando esse impulso lúdico-epico é transformado em jogo, isto é, ganha delimitações espaciais, temporais e normativas, ele traduz e converte “a ligação com a mãe numa identificação com o modelo paterno” (p. 60). O futebol funcionaria portanto, pode-se entender, como suspensão do tempo (*u-cronia*), regressão à infância, quando na praia de São Vicente o autor vivia em “dimensão definitivamente atemporal e utópica” (p. 31).

De fato, outras vezes o a-historicismo de *Veneno remédio* é utópico, propõe uma visão idealizada que nega a situação concreta e busca a situação pretensamente perfeita. Esse olhar é lançado sobre indivíduos, como Domingos da Guia, cujo estilo refinado, mas também em certos momentos irresponsável, é interpretado como submissão do “primado do princípio de realidade, do qual um zagueiro é o representante por excelência, ao teste do princípio do prazer” (p. 191); a maneira de ele jogar tinha ainda outra característica utópica, criava “um tempo sem tempo” (p. 190). O futebol brasileiro como um todo recebe o mesmo tipo de olhar, pois “carrega consigo a utopia de uma disponibilidade infantil sem deixar, intrigantemente, de atingir uma inequívoca maturidade viril” (p. 367), daí o favoritismo do Brasil na Copa de 2006 ter representado “a possibilidade de um renascimento utópico do futebol” (p. 385). De forma mais larga, para Wisnik

“o futebol brasileiro torna possível em campo aquilo que a sociedade brasileira sistematicamente não realiza” (p. 408). O corolário inevitável aparece páginas adiante, onde se vê o Brasil apesar da “desgraça incontornável da herança histórica [...] forçar o rumo na direção da invenção utópica pela festa e pelo jogo, tornados realidade” (p. 417). O país é, conseqüentemente, “uma espécie de lugar do sem lugar *que é o lugar* [grifo do autor]”, ou seja, ele claramente corresponde ao célebre jogo de palavras de Tomas More – *é ou-topos* (“não lugar”) que se revela *eu-topos* (“lugar da felicidade”).

Se analiticamente Wisnik insiste no mote da ambigüidade do veneno remédio, afetivamente revela inclinação pelo lado remédio de nosso caldo cultural, do qual extrai “uma potência utópica” (p. 180), na esteira de Pier Paolo Pasolini, Vilém Flusser, Oswald de Andrade e Gilberto Freyre, autores que cita 62 vezes ao longo do ensaio. Coerente com a duplicidade do *fármakon* que estrutura toda sua demonstração, ele declara ser preciso evitar a armadilha da tradicional oscilação do espírito nacional entre o pessimismo e o otimismo (poderíamos dizer, entre o histórico e o utópico), mas propõe uma saída pouco clara, ao menos para mim: “o equilíbrio tem de se fazer, justamente, compensando a queda para os dois lados, de modo que saber cair nos dois riscos seja a condição para não cair da corda” (p. 183). A pequena distinção nacional entre o público e o privado, fonte de inúmeros problemas no plano político, é considerada “fecunda para a vida cultural”, tanto que “produziu o samba, o futebol e a poesia modernista” (p. 170). Como muitos brasileiros trocariam, sem dúvida, esses três produtos culturais por igualdade social, moralidade política, segurança, educação e saúde públicas de qualidade, é claro que, ao contrário do que enunciou, Wisnik pende a “gangorra enganosa do otimismo e do pessimismo” (p. 177) para aquele primeiro lado.

É verdade que ele adota posição ponderada entre o balanço negativo da formação do Brasil formulada por Caio Prado Júnior e o balanço positivo de Gilberto Freyre, preferindo a interpretação que Sérgio Buarque de Holanda faz do ambivalente “homem cordial” brasileiro, ao mesmo tempo afetivo e arbitrário, afável e truculento, personalista e inconsequente. Da mesma forma, entende que se deve guardar certa distância tanto da conclusão favorável de Antonio Candido de Mello e Souza que enxerga na sociabilidade brasileira um “mundo sem culpas” e pouco propenso ao enraizamento da personalidade autoritária, quanto da postura hiper crítica de Paulo Arantes que vê o Brasil como a “vanguarda do pior”, como o “país do futuro” apenas no sentido de realizar antes dos outros a fratura social em andamento nos Estados Unidos e na Europa. Mas ao lembrar que “o jogo só acaba quando termina”, Wisnik deixa em aberto a possibilidade de que a “cultura notável pelo seu alcance inventivo” (p. 418), de que as “potencialidades

surpreendentes e transformadoras do país, mesmo que utópicas ou frustradas”, possam se revelar de maneira duradoura (p. 421).

Desta visão idealizada do mundo e do futebol encontramos uma indicação logo nas primeiras páginas do livro. Ali está dito que a escolha de um time para o qual se torcer é ato de livre-arbítrio (p. 34), o que minimiza o enquadramento da família, do grupo de amigos, do bairro ou da cidade. Enquadramento de forte presença, como comprova o próprio esboço autobiográfico em que se insere aquela declaração voluntarista. A necessidade de haver uma escolha clubística como parte do processo de socialização do indivíduo leva à conclusão de que sua suposta autonomia não se dá num mundo livre das ideias e, sim, na incontornável ancoragem em um mundo social. Mundo que sempre coage, ainda que em intensidade variável conforme sua trajetória histórica. O fato de, retrospectivamente, o indivíduo não perceber as sutis amarras desse enredo social do qual é ator, não autor, não retira ao enredo seu caráter coator. Maurice Halbwachs já assinalou, aliás, há muitas décadas, que a parte do social na memória de cada indivíduo é bem maior do que comumente se pensa.

Na época da opção do garoto José Miguel não se tratava, é claro, de idealismo filosófico algum e, sim, de reação intuitiva à situação vivida. Idealismo que, bem entendido, apesar do desfavor de que foi objeto ao longo do século XX, não deve ser entendido no senso comum de posição ingênua. Ele possui forte poder epistemológico e pode servir como elemento de reequilíbrio diante da ingenuidade do real, que jamais é independente do pensamento. Tal função é clara em *Veneno remédio* que, desde o início (p. 18-19, 23 *et passim*), alerta que irá contra a visão simplista do futebol resumido às suas injunções econômicas. Idealismo, contudo, é rótulo amplo demais. Sem enveredar pela discussão filosófica, que não cabe nos limites deste ensaio bibliográfico, comparemos apenas a posição de Wisnik com as duas grandes vertentes idealistas. O idealismo dito subjetivo, de Descartes ou Leibniz por exemplo, define ideia antes de tudo como representação, enquanto para Wisnik “o jogo é o lugar por onde passa o substrato de todas as práticas, sem se fazer a representação de uma *outra coisa* [grifo do autor]” (p. 80). Mas não se pode, a partir disso, concluir pela negação do idealismo subjetivo, cuja discussão sobre o alcance do acordo entre representação e realidade exterior interessa a Wisnik, para quem, na primeira metade do século XIX, após a falência dos antigos jogos de bola e antes da emergência do futebol, houve um interregno durante o qual se desenvolveram “modalidades pré-burguesas e burguesas de representação, com sua separação característica entre palco e plateia” (p. 84). Ademais, ele denuncia a crescente violência que atinge o futebol por provocar a “erosão de sua representatividade e de sua eficácia simbólica” (p. 351).

Se, desse lado, o tipo de idealismo adotado pelo livro não fica claro, tentemos ver pelo ângulo do idealismo objetivo, aquele que confere à ideia uma realidade em si, independente tanto da consciência quanto do mundo sensível. Para Platão, o grande nome desta corrente, as ideias são realidades individuais que servem de modelo (arquétipo) e fundamento às coisas sensíveis, derivações menos reais que as ideias. Estas não engendram fisicamente as coisas sensíveis, porém fazem-nas existir ao torná-las nomeáveis e pensáveis. O mundo sensível distingue-se do mundo das ideias pelo movimento, pela ação, uma das quais é o jogo (παίδιά), que tem seu fim em si mesmo, é “gratuito” como significativamente insiste *Veneno remédio* (p. 20, 33, 60, 135, 142, 146, 150, 172, 181, 221, 242, 272, 313, 320, 350, 358, 385, 397, 400). Do ponto de vista do filósofo grego, o jogo não procura descrever ou explicar o real e, sim, fazer esquecer a ausência da realidade imitada, dando à aparência produzida o estatuto de realidade. Essa imitação para Platão ocorre por exemplo no teatro, para Wisnik no futebol, “teatro inédito para o desfile polêmico e não verbal das gestualidades, das disposições mentais, das potencialidades criativas” (p. 103). Talvez não seja casual, portanto, que, ao menos em parte, o título do livro tenha decorrido da leitura da obra de Jacques Derrida, *A farmácia de Platão* (p. 40). É sintomático que, para Wisnik, na primeira metade do século XX, cada partida que não se via, a não ser através do rádio, fosse “até mais real como índice do nosso comportamento psíquico do que o esquadramento atual, por todas as câmaras, do jogo que queremos ver e que não coincide com o jogo que *não* [grifo do autor] queremos ver” (p. 187).

Se minha leitura de *Veneno remédio* é plausível, a fonte de tal platonismo talvez possa ser encontrada na observação de um amigo do autor, que “afirmou sem hesitar que o fato de eu ter sido exposto, em tenra idade, à força daqueles fatos [a avalanche de vitórias santistas], *como se isso fosse normal* [grifo dele mesmo], produziu danos irreversíveis à minha personalidade” (p. 39). Diante do caráter algo enigmático desse diagnóstico, Wisnik tenta uma exegese da frase do seu amigo, que estaria se referindo à já citada tendência do autor a encontrar sentido em tudo. Ora, o único sentido encontrável por um garoto em 23 grandes títulos (e mais um monte de torneios menores por todo o mundo) conquistados por seu time do coração em catorze anos seguidos – justamente os anos-chave na formação da própria identidade e de sua relação com o mundo – é que há um “mundo ideal” no futebol ou o futebol constitui um “mundo ideal”.

Mas é permitido qualificar de platônica a visão de futebol desse torcedor apaixonado, frequentador de estádios? A resposta fica afirmada com clareza quando admite que “cada jogador, jogo e time” é “manifestação de um arquétipo” (p. 102). A cobrança de um pênalti é para o goleiro manifestação de sua

“solidão arquetípica” (p. 138). Se Robinho (que ainda precisa demonstrar sua pretendida condição de craque) parece-lhe “renovar como ninguém a perspectiva de um futebol criativo no Brasil” (p. 41), não seria como miragem do arquétipo Pelé, de quem “lembra [...] certos instantâneos” (p. 393)? Ademais, o livro não afirma textualmente que o Rei parece preparado pelo destino para “sanar essa falha [o fracasso do pai Dondinho no futebol] arquetípica” (p. 286)? Não diz que Pelé transforma em atual o virtual, isto é, as formas perfeitas, o mundo das ideias (p. 288)? Se a singularidade de um toque ou de uma jogada bem arquitetada é “promessa de felicidade e *nostalgia* [grifo meu]” (p. 104), não seria como manifestação do arquétipo Santos F. C. anos 1960? Aliás, por detrás de todo time posterior do Santos não se encontra “a eterna busca da revivescência da criatividade santista” (p. 51)? A nostalgia não se refere também à Seleção de 1970 montada por Saldanha, “personalidade utópica” (p. 391)? *Veneno remédio* não apenas encaminha a resposta positiva a todas essas questões, como sugere ter consciência de seu viés platônico. A infância e a adolescência do autor estiveram situadas em “uma ilha da fantasia que era, *ao mesmo tempo* [grifo dele], real” (p. 33). Ao sociologismo automático, ele reconhece que “prefiro ainda meu idealismo ginásiano” (p. 33).

O problema é que tanto um quanto outro distorcem. A primeira parte dessa afirmativa Wisnik certamente endossa, atribuindo-me, sem citar, tal tipo de desvio. De acordo com ele, Verdú apresenta a mais convincente interpretação do futebol como mimese, ou seja, como representação do jogo social, pois “não cai no equívoco de pensar o futebol diretamente como ‘metáfora’ – ou espelho – da sociedade” (p. 66). De fato, em *A dança dos deuses* proponho que o futebol é metáfora de diferentes planos do viver humano nas condições históricas do último século e pouco, e reservo cinco capítulos a examinar as funções metafóricas do jogo. Mais do que isso, proponho ver o futebol como metáfora da vida. Curiosamente, Wisnik concede que elementos estruturais do jogo permitem “identificar o futebol com a vida” (p. 20), todavia diz ser equivocado o caráter metafórico que vejo no futebol e aplaude a interpretação de Verdú sobre seu caráter metonímico. Assim fazendo, ele subestima quatro pontos importantes.

Primeiro, a distinção entre metonímia e metáfora é problemática, senão artificial. O último termo com frequência engloba o primeiro, como acontece desde a segunda metade do século IV a.C. com Aristóteles (cujos dois primeiros tipos de metáfora são sinédoques ou metonímias por extensão), passando ainda, por exemplo, por Beda, o Venerável, no começo do século VIII (metáfora é gênero de que todos os tropos são espécie) e por Emanuel Tesauro, em meados do século XVII (todo tropo é metáfora), e chegando, dentre outros, a Roland

Barthes (se na origem metonímia é figura de contiguidade, ela também funciona como substituto do significante, ou seja, como metáfora) e Umberto Eco (é nas trocas metonímicas que se opera a metáfora). Segundo, nuançando ou no limite invalidando a exegese de Verdú, a metáfora é mimese, como mostrou Aristóteles. Terceiro, ela é clareza e cifragem para o filósofo grego (dentre os tipos de metáfora ele inclui o enigma), da mesma forma que o futebol o é para o ensaísta brasileiro. Quarto, sendo metáfora “um mecanismo semiótico que aparece em quase todos os sistemas de signos” (Eco), não apenas na língua, ela não poderia estar ausente da linguagem corporal que é o futebol. A natureza profunda do jogo corresponde exatamente à observação do semiólogo italiano: “quem faz metáfora, literalmente falando *mente* – e todos sabem disso”; a questão que aí se coloca é a mesma da ficção: “*se finge* fazer asserções, e contudo se quer *a sério* afirmar algo de verdadeiro para além da verdade literal”.

Por simplificar essas questões, à interpretação metafórica Wisnik opõe, sempre seguindo o sociólogo espanhol, a interpretação metonímica que vê no futebol “índice interno do processo social” (p. 66). Ora, poucas páginas adiante ele considera que “é estar cego” para o essencial pensar que fatores “externos” como o poder econômico e a instrumentalização ideológica estejam “por dentro de tudo” (p. 76). Por isso, taxa a gestualidade, a dança, a música e a religião de “ações extra ideológicas” (p. 412), o que, vista a contiguidade de tais expressões culturais com o futebol, enfraquece a interpretação metonímica anteriormente defendida. Ainda assim, ele insiste que o futebol “não se dá como metáfora nem como alegoria”, pois “o jogo enquanto tal promove o esquecimento do sentido” (p. 79). Mas se promove o esquecimento do sentido, sequer é metonímia, que assim como a metáfora fornece compreensão. O fundamental, porém, é que o esquecimento do sentido manifesta-se durante a vivência do jogo e o intelectual enquanto tal (não na sua *persona* de jogador e/ou torcedor) não deve vivenciar seu objeto de estudo e sim observá-lo. Lançar sobre ele o que Lévi-Strauss chamou de *regard éloigné*.

Se o futebol “põe em cena o teatro humano em todo o seu espectro, da finura à grossura extremas”, quer dizer, perícia, elegância, arte, astúcia, insídia e violência (p. 101-102), se ele “imita a vida” (p. 144), não é precisamente por trabalhar com metáforas? Como mostraram George Lakoff e Mark Johnson, as metáforas fazem parte da vida cotidiana pois, completa Eco, elas são instrumento para melhor compreender o código cultural da sociedade examinada. Por que, então, Wisnik refuta a interpretação metafórica? Talvez porque a função referencial da contiguidade metonímica pareça-lhe mais em sintonia com o fato de o futebol ser “um campo de jogo em que se confronta o vazio da vida, isto é, a necessidade premente de procurar-lhe sentido” (p. 45). De fato, o livro extrai “muito

do seu ânimo e sua energia do Santos de Diego e Robinho”, com a criatividade deste jogador tendo feito com que “eu jogasse no destino dele, instintivamente, o destino do meu próprio assunto neste livro”. A contiguidade vai ainda além, levando-o a registrar que Robinho nasceu e cresceu, como ele, Wisnik, em São Vicente (p. 41). A busca de sentido empreendida pelo livro dá-se, portanto, nas duas acepções do termo, ela é intelectual (compreensão racional das coisas) e sensível (captação física de sensações).

Ora, o livro estranhamente descarta a possibilidade oferecida pela observação de Aristóteles, para quem a metáfora é, a uma só vez, instrumento cognoscitivo e instrumento de prazer. Sobretudo porque o conhecimento proporcionado pela metáfora é o da dinâmica do real, é o da cultura em ação, o que serviria perfeitamente às intenções analíticas de *Veneno remédio*. Melhor, talvez, que falar em eclipse como ele faz – enquanto metáfora e metonímia são figuras de conteúdo, eclipse é de expressão, portanto de pouca serventia para entender o sentido do futebol e os “conteúdos conflitivos e catárticos” que ele põe em cena (p. 45). Ademais, a função da eclipse está contida num tipo comum de metáfora, aquela não presente na frase e reconstituída pelo ouvinte ou leitor, a metáfora *in absentia*. Por fim, a tese de Wisnik de que a singularidade do futebol brasileiro está em ser eclipse poderia sair reforçada caso admitisse para o jogo a ideia aristotélica de que produzir metáforas “é sinal de disposição natural do engenho”, proposição não distante da “prontidão”, da “inteligência do corpo” do futebolista nacional (p. 226-228).

As metáforas não se constituem apenas em transferência do nome de um objeto para outro, como na definição clássica, e sim em “condensação” (Freud), em modificação do conteúdo semântico de um termo mais do que na sua substituição (Grupo  $\mu$  da Universidade de Liège), em “vaivém de propriedades” (Eco), pois elas não jogam somente com similaridades, mas também com oposições, o que ajuda a pensar o imbricamento, as trocas, a relação especular entre sociedade e futebol. Apesar da crítica que faz a respeito, diversas passagens de *Veneno remédio* não desmentem minha proposição teórica de que “a história do futebol não pode ser dissociada da história geral das civilizações”. Quando Verdú, nas palavras endossantes de Wisnik, percebe que “elementos indicativos de mudanças históricas vão entrando no jogo, conotando-o, e remetendo, pontualmente, mas também difusamente, ao todo em que ele se inclui” (p. 66), apenas confirma minha ideia do futebol como construção cultural e, portanto, tributária da sociedade que o gerou, mas que também age, exatamente devido a essa identificação profunda, sobre a matriz social. Que o futebol nos seus princípios tenha sido “movido” pelo ambiente industrial sem perder motivações agrárias anteriores, o que deixou marcas na codificação do jogo e na sua tática inicial (p. 66-67),

corresponde perfeitamente à minha demonstração de determinadas tendências sociais incorporadas pelo futebol. Aqui cabe a definição de Lacan, “o sintoma é uma metáfora”.

Explicitamente, *Veneno remédio* não aceita a ideia de que o futebol seja espelho (portanto metáfora e sintoma) da sociedade, mas *malgré lui* fornece várias indicações nesse sentido. Se o futebol está alinhado ao “estado geral” da arte contemporânea e é “a maior expressão de um cultura de massas no planeta” (p. 157), não é por responder aos grandes influxos e acompanhar as grandes tendências do mundo que o gerou e alimenta? Se, na América do Sul, o jogo explora muito a “margem ambígua entre a infração e a lei”, com ampliação da violência, e, na Europa, isso ocorre bem menos porque é maior “a exigência do público consumidor pela qualidade do espetáculo” (p. 351), não temos aí um evidente reflexo da sociedade sobre o futebol? Se a explicação popular de que o fracasso da Seleção de 2006 deveu-se à “amarelada” na hora decisiva é “tese de valor sintomático que sinaliza uma insegurança em si, projetada sobre quem o representa” (p. 373), não se está falando de um dado da psicologia coletiva, portanto social, que ecoa no futebol? Se o destino do futebol “é o do equilíbrio frágil e explosivo que as sociedades contemporâneas ritualizaram nele” (p. 401), não é porque a sorte daquele depende da sorte destas? Se nos efeitos lúdicos do futebol encontram-se “as cifras da cultura e sociabilidade singulares que neles se entranham” (p. 402), isso não significa dizer que a vida social vê na encenação futebolística a si própria? Em outras palavras, o sucesso do futebol não seria resultado desse olhar narcísico no espelho do jogo?

Enfim – para tocar no cerne da questão – quando afirmo que o futebol é espelho da sociedade não estabeleço, é evidente, nenhuma relação simplista de causa e efeito. Mesmo se há inegável preeminência cronológica e ontológica da sociedade, esta não sai ilesa dos olhares que lança a si mesma por intermédio do futebol. As transformações sociais repercutem no futebol, o futebol sem perder sua identidade profunda se adapta a elas e assim a dialética dos olhares cruzados intensifica a dinâmica cultural. Se no fracasso de 2006 “o país, como sujeito ou objeto”, participou “da instauração de um estado de soberana confusão entre preparação e resultado final, concentração e vitória antecipada, treino e mito” (p. 389), não é por que há relação especular entre o Brasil e sua seleção? Se o futebol é o veneno remédio do país – “o *fármakon* que converte a violência, a desagregação social, o primarismo, o oportunismo vicioso e estéril, em arte e em perspectiva de afirmação do país” (p. 243) – não é porque esta ambiguidade está contida no Brasil, é o Brasil?

Outra manifestação do claro vínculo entre a história de uma comunidade e o futebol que ela joga é fornecido por Wisnik baseando-se em estudo de José de Souza Martins sobre as partidas entre negros e brancos disputadas em uma favela paulistana. Nelas, todos os jogadores fingem os preconceitos que efetivamente sofrem fora dali, numa encenação que pelo tempo do jogo neutraliza a agressão social que sofrem (p. 49). O fato de o futebol, ainda no mesmo caso, submeter “a oposição de classes a uma outra lógica que a sociologia tem dificuldade em captar” (p. 50) não significa que tal lógica seja associal e a-histórica. Aliás, pouco adiante Wisnik admite que o futebol “se tornou no mundo contemporâneo, o índice oscilante e problemático da própria condição de possibilidade da vida civilizada” (p. 55). Mais à frente, constata que o “futebol vem mudando [...] presa das contingências que o cercam e o tomam”, o que faz dele “um índice inegável do mundo contemporâneo” (p. 57).

Mais uma expressão dos elos estruturais entre jogo e sociedade está na observação de que o *tlachtli* meso-americano não teria podido surgir e ganhar as implicações que teve nas civilizações da região sem a descoberta da borracha e das técnicas de trabalhá-la, criando-se assim a bola compacta e de precisão elástica que definiu muito das características daquele jogo (p. 72-75). Também quando afirma que o futebol inventado no século XIX “simula as próprias pré-condições da competição no mundo burguês-capitalista” (p. 75), Veneno *remédio* reconhece que é a partir das circunstâncias históricas (modelo) que surge o futebol (imagem), espécie de simulacro (palavra da mesma raiz que *simular*) do jogo social. Apesar disso ele nega que o futebol seja reflexo da sociedade, sem contudo deixar de vê-lo como “avesso do jogo social” (p. 76), o que dá no mesmo, pois ambos os termos (espelho e avesso) implicam uma inversão do objeto observado e, dado fundamental, pressupõem que ao inverter algo se parte desse algo (no caso, a sociedade). Mais do que isso, reconhece que “a invenção do futebol, como a do rúgbi, é o resultado de um trabalhoso consenso à inglesa [...] impensável sem o regime parlamentar e pluripartidário que vigorou na Inglaterra do século XVIII” (p. 89), quer dizer, aqueles jogos foram determinados pelas condições históricas. E completa mais adiante, de maneira insofismável, que os burgueses que “criam o futebol estão correspondendo, de maneira involuntária ou inconsciente, aos padrões ativos, combativos, empreendedores e anti-intelectualistas da classe que aspira ao privilégio do poder, à identidade grupal e à iniciativa individual audaciosa” (p. 97). Se a derrota da Seleção de 1982 “soava surdamente como um fracasso da possibilidade, quase tangível em campo, de uma civilização brasileira” (p. 335) é porque o futebol espelha a sociedade. Afinal, ao contrário

do que enunciara, talvez Wisnik não considere tão equivocado focar a sociedade pelos olhos do futebol, e vice-versa.

Todavia, ao longo do texto prossegue certa hesitação entre uma visão idealista e os dados históricos que vai coletando na sua pesquisa. A tentativa de convergência manifesta-se algumas vezes sob a forma de uma personalização do objeto: “o futebol pôs em jogo, claro que sem premeditar o efeito, uma zona limiar de tempos culturais que acabou fazendo dele um laboratório demonstrativo das culturas e um ponto de interrogação sobre o destino da civilização” (p. 94). Ou ainda, “o futebol imprime aos jogos pré-modernos a norma burguesa” (p. 95). É evidente que não foi o futebol que estabeleceu a nova área de inquietação cultural ou a nova normatização social. Foram indivíduos – isto é, membros de uma sociedade com toda a carga de seu passado, as contradições de seu presente, os projetos para seu futuro – que exprimiram por intermédio do jogo as tensões e expectativas de sua sociedade, ou de parcelas dela. Foi a norma burguesa imprimida aos jogos pré-modernos que engendrou o futebol, não o inverso. Como insisto em *A dança dos deuses*, por mais importante que seja o futebol (ou qualquer outra criação do espírito), ele não pode ser maior do que a cultura que o gerou, alimentou e reproduziu. Assim, parece-me algo sonhadora a conclusão de que o futebol brasileiro é “promessa de felicidade que se cumpre” (p. 429) ou ao menos é emplasto da alma, é, adotando os termos do conto de Machado de Assis, “alívio da nossa melancólica humanidade” (p. 430).

Em suma, o fato de nem sempre se poder estar de acordo com *Veneno remédio* não diminui seu valor, pelo contrário, atesta a riqueza da obra, que estimula diversas reflexões, permite vários debates, aponta para diferentes possibilidades de pesquisa. O comentário que Wisnik faz do clássico estudo de Paulo Perdigão pode em certa medida ser aplicada ao seu próprio livro: “o inegável exercício de maturidade em que se constitui *Anatomia de uma derrota*, evidenciado pela qualidade crítica do ensaio, parece não poder deixar de repisar eternamente o núcleo infantil que é a sua matéria” (p. 247). Há, é verdade, diferenças de conteúdo, forma e motivação. Perdigão examina uns poucos dias que emolduraram a trágica final da Copa de 1950, Wisnik a década e meia (1956-1970) magnífica para o Santos F. C. e a Seleção Brasileira. Perdigão desnuda despididamente seu intenso envolvimento pessoal com o objeto estudado, Wisnik deixa entrever o seu de maneira mais sutil e elaborada. Perdigão parece escrever para exorcizar o fantasma futebolístico de sua infância, Wisnik para representificar a beatitude futebolística da sua.

A rigor, embora insista na intenção de entender o futebol por dentro, a verdadeira meta de *Veneno remédio* é outra. Ele parte do jogo, fala muito do jogo,

mas como instrumento para tentar decifrar o enigma Brasil, como revela desde logo (p. 40). Curiosamente, apesar da crítica que faz à análise especular e que discuti acima, para Wisnik o futebol é espelho do Brasil e o Brasil espelho do futebol. Somente olhando um no outro é que cada um deles se autodescobre. Mas não de maneira simétrica, já que o futebol desenvolveu plenamente suas potencialidades e o país não. Daí conclamar a que se abandone a postura reducionista de ver no país “ou receita de felicidade ou fracasso sem saída – ou total ou nulo, ou panaceia ou engodo, ou paradisíaco ou infernal” (p. 408). O objeto de estudo – o futebol no Brasil, o Brasil no futebol – não é em si mesmo nem veneno nem remédio. É o olhar do observador que cria uma ou outra categoria e a lança sobre o país. Com objetos variados a cada caso, o procedimento é praticado por muitos povos. Talvez o brasileiro seja somente mais hiperbólico, porque, enfim, talvez seja mais veneno que remédio.

Recebido: 17/12/2009 – Aprovado: 24/05/2010